

ADOECIMENTO DE COMUNIDADES INDÍGENAS E RIBEIRINHAS: UMA REPRESENTAÇÃO DO RACISMO AMBIENTAL NO BRASIL

Giovanna Dias farias de Lacerda¹, Maria Catarina Sandy Guedes²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte¹ (giovannadiasfl@gmail.com), Universidade Estadual do Ceará² (mcatarinasg@gmail.com)

RESUMO

O artigo tem como objetivo propor uma análise sobre as enfermidades que atingem as comunidades tradicionais próximas a áreas de extrativismo mineral – com foco no envenenamento por mercúrio (Hg) – e os fatores sociais que impulsionam o processo de adoecimento dessas populações, baseando-se em estudos prévios. Essas enfermidades podem ser compreendidas como uma consequência de injustiça socioambiental, então foi estabelecida uma correlação com o conceito de racismo ambiental, de Robert D. Bullard. A contaminação por mercúrio, impulsionada pelo tráfico do metal para a extração aurífera, atinge as populações via bioacumulação nos peixes, desencadeando diversos processos patológicos. Além disso, a degradação ambiental inerente ao extrativismo resulta em insegurança alimentar e proliferação de doenças infectocontagiosas, cenário exemplificado pela crise na Terra Indígena Yanomami. Ao final, fica evidente que o modelo econômico que sacrifica povos tradicionais configura não apenas uma injustiça socioambiental, mas um grave problema de saúde pública que exige intervenção imediata.

PALAVRAS-CHAVE: intoxicação. meio ambiente. comunidades tradicionais. **ÁREA TEMÁTICA:** Outros temas relacionados à saúde.

INTRODUÇÃO

A compreensão atual do conceito de saúde abrange uma rede complexa de fatores interdependentes, que incluem o meio ecológico. Para populações tradicionais, como as indígenas e ribeirinhas, o vínculo entre saúde e ambiente se torna ainda mais significativo, uma vez que seus modos de vida estão intimamente ligados aos ciclos da natureza (Santos et al, 2025). Nesse sentido, a alteração ambiental impacta de maneira imediata não apenas a subsistência, mas também o bem-estar desses povos.

Uma condição que acomete substancialmente esses indivíduos é o envenenamento por mercúrio, que geralmente ocorre pela usufruição de mananciais contaminados por práticas extrativistas predatórias (Basta et al, 2023). Na Amazônia, o garimpo ilegal apresenta-se como um dos principais responsáveis pela intoxicação por esse minério em comunidades ribeirinhas e indígenas, as quais são muito mais expostas ao

referido adoecimento em comparação com demais populações, em decorrência do forte contato com a atividade pesqueira. Esse cenário impõe uma carência nutricional aos povos, pois além da redução da pesca, as atividades agrícolas de subsistência são prejudicadas pelo medo da violência armada e pela degradação do solo.

A negligência governamental com esse contexto configura racismo ambiental e evidencia a carência de debate racial dentro dos campos das ciências ambientais e médicas. Assim, o presente estudo tem como intuito discutir a influência dessa conjuntura na saúde desses grupos minoritários.

OBJETIVOS

A escrita e a análise do trabalho objetivam desenvolver uma compreensão mais ampla acerca do adoecimento de comunidades tradicionais devido às implicações do extrativismo mineral predatório. O artigo busca também evidenciar a negligência estatal na fiscalização do garimpo ilegal, atividade que, associada a crimes conexos e violações de direitos humanos, expõe grupos minoritários a riscos severos à saúde, os quais enfraquecem as suas organizações sociais.

METODOLOGIA

Foi realizado um ensaio teórico qualitativo a partir da leitura de artigos relacionados com a temática do presente estudo, recomendados pela plataforma de IA SciSpace e disponíveis nas plataformas Research Gate, Scielo e PubMed. Também foram usados para embasamento teórico relatórios do Instituto Socioambiental (ISA) e dados do Repositório Institucional da Fundação Oswaldo Cruz (Arca), além do livro “Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality”, escrito pelo sociólogo Robert D. Bullard.

DISCUSSÃO

O racismo ambiental envolve a discriminação racial na aplicação de regulamentos e fiscalizações ambientais, tendo em vista que empreendimentos poluentes tendem a se instalar em áreas onde a população é politicamente impotente e economicamente pobre, sem condições de contratar apoio jurídico para a defesa da sua causa (Bullard, 2000). Nesse sentido, ao considerar que o garimpo ilegal está envolvido no processo de adoecimento de diversos povos tradicionais que vivem próximos às áreas de extração mineral, a fragilização da fiscalização regular da atividade ilícita nesses espaços está associada ao tipo de discriminação descrita anteriormente.

A produção ilegal de ouro em garimpos, além da invasão a terras indígenas, em numerosos casos, também é acompanhada de outras infrações penais, como a prática de crimes ambientais e condições de trabalho análogas à escravidão. Um crime conexo a essa prática é o tráfico de mercúrio (Hg), metal muito utilizado

na extração aurífera, no processo de separação do ouro (Molina, 2023). Em contato com ambientes aquáticos, o mercúrio contamina, por bioacumulação, toda a cadeia alimentar, incluindo, assim, os peixes, que são importante fonte de alimentação para populações indígenas e ribeirinhas, as quais praticam a pesca como meio de subsistência, devido à proximidade aos leitos hídricos e ao vínculo com o ecossistema. Ademais, o desmatamento consequente da invasão do garimpo a reservas florestais/indígenas também ameaça a fauna e a flora local, além de reduzir as áreas voltadas para a agricultura, fatores que levam à escassez alimentar (Basta, 2024) e que também podem ser relacionados com o crescimento dos casos de doenças infectocontagiosas nessas áreas.

O desrespeito aos direitos humanos desses povos evidencia um contexto de negligência estatal, marcado por uma dinâmica política que despreza os impactos da vulnerabilidade ambiental na saúde de comunidades minoritárias.

RESULTADOS

Estudos recentes indicam que foram registrados pescados com níveis de Hg acima do limite seguro em todos os seis estados amazônicos, fato associado com o avanço das atividades ilegais de garimpo na região (Basta et al., 2023). O mercúrio está associado a inúmeros processos nocivos: comprometimento do desenvolvimento neurológico em bebês e crianças, alterações na permeabilidade de membranas celulares, disfunção mitocondrial, anemia, destruição da flora intestinal, doenças autoimunes, depressão, infertilidade, fetotoxicidade, etc (Rice, 2014). Esses efeitos estão relacionados à ação do metal no organismo: a ligação do Hg a um ou mais resíduos de aminoácidos sulfurados em proteínas e membranas enfraquece ou bloqueia as funções fisiológicas e o metabolismo, causando estresse oxidativo, danos à homeostase do cálcio e alterações na homeostase do glutamato (Zulaikhah, Wahyuwibowo, Pratama, 2020).

Ademais, foi inferido que a redução das áreas de cultivo ocasiona um aumento dos casos de desnutrição nessas comunidades tradicionais, o que reduz a capacidade produtiva delas - devido ao enfraquecimento - e amplia mais a falta de fontes alimentares, formando-se um ciclo vicioso. As alterações ambientais resultantes da derrubada da cobertura vegetal e das instalações voltadas para a prática extrativista também ocasionam o aumento dos casos de malária e outras doenças infectocontagiosas. Esse contexto pode ser ilustrado pela crise sanitária na Terra Indígena Yanomami, a qual teve grande repercussão nacional pelas condições degradantes as quais a sua população se encontrava. Nas comunidades do Arathau, por exemplo, a malária cresceu 1127% de 2018 a 2020, de acordo com a Hutukara Associação Yanomami e a Associação Wanasseduume Ye'kwana (2022).

CONCLUSÃO

O racismo ambiental constitui um elemento central para a compreensão do adoecimento de comunidades indígenas e ribeirinhas na Amazônia. A análise evidenciou que a expansão do garimpo ilegal, aliada à fragilização da fiscalização estatal, resulta na contaminação sistemática dos territórios tradicionais por mercúrio, expondo esses povos a graves agravos à saúde.

Observou-se que a intoxicação por Hg não se restringe a efeitos biológicos isolados, mas, somada à degradação ambiental, está associada a alterações profundas nos modos de vida, na segurança alimentar e na organização social dessas comunidades. Esse cenário revela que populações historicamente marginalizadas são desproporcionalmente afetadas por danos ambientais, o que reforça o caráter estrutural da injustiça socioambiental no Brasil.

Para pesquisas futuras, sugere-se o desenvolvimento de estudos empíricos interdisciplinares, com participação direta das comunidades afetadas, bem como a ampliação do debate sobre racismo ambiental no campo da saúde pública. Por fim, ressalta-se a necessidade de políticas públicas efetivas que integrem proteção ambiental, garantia de direitos territoriais e promoção da saúde para povos tradicionais.

REFERÊNCIAS

BASTA, P. C. Impacto do mercúrio em áreas protegidas e povos da floresta na Amazônia: uma abordagem integrada saúde-ambiente. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2024.

BASTA, P. C. et al. Análise regional dos níveis de mercúrio em peixes consumidos pela população da Amazônia brasileira: um alerta em saúde pública e uma ameaça à segurança alimentar. Realização: Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena; Fundação Oswaldo Cruz; Greenpeace; Instituto Socioambiental; WWF-Brasil. 2023.

BULLARD, R. D. Dumping in Dixie : Race, Class and Environmental Quality. London: Routledge, 2000.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI; ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE'KWANA. Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo. Boa Vista: Hutukara Associação Yanomami: Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022.

MOLINA, Luísa Pontes (org.). Terra rasgada: como avança o garimpo na Amazônia brasileira. Brasília: Aliança em Defesa dos Territórios, 2023.

RICE, K. M. et al. Environmental Mercury and Its Toxic Effects. Journal of Preventive Medicine & Public Health, v. 47, n. 2, p. 74–83, 31 mar. 2014.

SANTOS, Sara Silva dos et al. Populações “das águas”: ambiente-saúde a partir da perspectiva da determinação social e da política de saúde na região do Baixo Amazonas-PA. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e19462022, 2025.

ZULAIKHAH, S. T.; WAHYUWIBOWO, J.; PRATAMA, A. A. Mercury and its effect on human health: a review of the literature. International Journal of Public Health Science (IJPHS), v. 9, n. 2, p. 103, 2020.